

PARQUES URBANOS: UM RECORTE DE SÃO PAULO E SUAS POTENCIALIDADES PARA O TURISMO¹

Yuri Tavares Rocha

RESUMO:

Os desenvolvimentos intelectual, científico e tecnológico alcançados pela humanidade produziram cidades nas diversas civilizações e culturas, que impuseram a transformação do ambiente natural em urbano, que tem problemas ambientais e sociais. Dentro desse ambiente urbano existem espaços livres de construção praças e parques - que proporcionam o contato com a natureza e auxiliam na mitigação dos impactos ambientais provocados pela urbanização. Fez-se o levantamento de alguns conceitos sobre como parques podem ser explorados pela prática do turismo, além de terem sua grande importância para o metabolismo da cidade e para a recreação e lazer dos cidadãos. Os parques urbanos enfocados em São Paulo foram: Parque do Ibirapuera, Jardim Botânico de São Paulo, *campus* Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico e Zoológico de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE:

Parques urbanos, São Paulo, Jardim Botânico, Zoológico, Ibirapuera

ABSTRACT:

The intellectual, scientific and technological developments obtained by humanity produced cities under several civilizations and cultures that transformed the nature in urban environment which have environmental and social problems. There are open spaces inside urban environment – gardens and parks – that provide the relationship with nature and mitigate environmental impacts of urban process. The review of some concepts was performed in order to verify how open spaces might be explore for tourist approach, besides its importance in the urban metabolism and the recreation and leisure of inhabitants. The urban parks studied were: Ibirapuera Park, Botanical Garden of São Paulo, *campus* Água Funda of Astronomy Institute and Zoological Garden of São Paulo.

KEY WORDS:

Urban parks, São Paulo, Botanical Garden, Zoo, Ibirapuera Park

Introdução

Quando o homem começou a formar pequenas comunidades, o impacto ambiental desses agrupamentos era mínimo e local, além de estarem mais integrados ao seu entorno natural.

Os desenvolvimentos intelectual, científico e tecnológico alcançados pela humanidade

produziram cidades sob as mais diversas culturas e, com a evolução urbana, as cidades impuseram a transformação do meio físico, resultando num ambiente peculiar e artificial: o urbano. Hoje existem as “megalópoles” ou “megacidades” conglomerados urbanos com milhões de habitantes (São Paulo tem quase dez) e que têm seus problemas elevados a essa escala, tanto os ambientais quanto os sociais.

Porém, dentro desse ambiente urbano, podem existir espaços livres de construção praças e parques são espaços desse tipo que proporcionam aos cidadãos o contato com a natureza e auxiliam na mitigação dos impactos ambientais provocados pela urbanização.

Na história da civilização, constatou-se, por um registro de Plínio, que o termo *hortus* era relacionado às propriedades rurais, passando depois a significar "jardim" justamente pelo significado central da palavra *hortus*: um terreno fechado (SALDANHA, 1993). Atualmente, pode-se considerar um jardim ou praça como uma ilha de vegetação ou um espaço livre de construção cercado pelo meio urbano, "fechado" por ele. Esse espaço livre ou praça desempenha um função de centralidade para grande parte da humanidade, além de ser um ponto de atração para o habitante da cidade ou para um visitante, um turista.

Pode-se citar vários exemplos de parques e jardins existentes no mundo: em Nova Iorque, o *Central Park*; em Paris, os jardins de *Versailles*; em Granada, os jardins de *Allambra*; em Londres, o *Hide Park*; no Rio de Janeiro, o Aterro do Flamengo, projeto do paisagista Burle Marx; ou, os jardins de Monte Sião (SP), obras de arte da topiária. É difícil que alguém viaje a essas cidades exclusivamente para visitar seus parques, mas eles são pontos de atração, espaços turísticos em potencial.

Adotou-se, como ponto de partida para as reflexões feitas nesse artigo, a assertiva de YÁZIGI (1999)² para discorrer sobre alguns parques urbanos da cidade de São Paulo e suas potencialidades para o turismo: "a vegetação dentro do planejamento urbano é um dos aspectos ambientais mais importantes a ser considerado, juntamente com água, clima e geologia"

Além de atender a demanda da população local, um sistema de espaços livres públicos no meio urbano, no qual os parques de vizinhança e de bairro têm grande importância, pode ser utilizado pela "indústria" turística em nível local quanto regional, propiciando diferenciais importantes para o turismo e para o desenvolvimento

social, que deve estar atrelado ao primeiro.

A cidade de São Paulo é umas maiores metrópoles do mundo, com sua malha urbana em constante crescimento, quase sempre carente de um planejamento que permita essa expansão aliada a critérios urbanísticos e ecológicos. O sistema de espaços livres de São Paulo deve ser tratado como um equipamento urbano, semelhante a um sistema de abastecimento de água, gás, luz, esgoto, telefonia, etc. Porém, isso ainda não ocorre na maioria dos municípios do Brasil e nos países do "Terceiro Mundo" nos quais outras prioridades são consideradas frente à constante falta de recursos e à quase sempre incompetente gestão.

Objetivo e procedimento

A cidade de São Paulo retrata a realidade de tantas outras: crescimento urbano acelerado sem planejamento satisfatório, sítios naturais quase inexistentes e inúmeros problemas sociais. Num recorte sobre parques da cidade de São Paulo, objetivou-se abordar alguns de seus aspectos e apontar algumas de suas potencialidades para o turismo.

Fez-se o levantamento de alguns conceitos sobre como espaços livres de construção (parques assim são entendidos) podem ser explorados pelo turismo. Os parques em si já são de extrema importância para o metabolismo da cidade e para a recreação e lazer dos cidadãos.

O município de São Paulo está dentro do Domínio de Mares de Morros definido por Aziz Ab'Saber. Está na província do Planalto Atlântico, zona do Planalto Paulista, na Bacia Sedimentar de São Paulo, de origem flúvio-lacustre (REIS, 1998) e o clima é mesotérmico de inverno seco tipo Cwb (STRUFFALDI DE VUONO, 1985).

Os parques urbanos enfocados foram:

Parque do Ibirapuera, administrado pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPA-VE), pertencente à Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo (SVMA);

Jardim Botânico de São Paulo, adminis-

trado pelo Instituto de Botânica (IBt), pertencente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA);

- *campus* Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico (IAG), pertencente à Universidade de São Paulo (USP);

- Zoológico de São Paulo (Fundação Parque Zoológico de São Paulo, ZooSP), pertencente à Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo (SET).

A figura 1 mostra a localização dos parques no município de São Paulo; a figura 2 mostra os três últimos parques, localizados na zona sudeste do município e no Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI), unidade de conservação

fragmentada, cujas partes são administradas por diferentes instituições (ROCHA & CAVALHEIRO, 2000). Tal Parque está ao redor dos paralelos 23° 39' S e 46° 37' W, tem altitude média de 798m e área total de 549,31 hectares (REIS, 1998).

Apontamentos teóricos

Ambiente urbano

As cidades mostram significativamente o resultado das mudanças do meio físico que o homem pode provocar, apresentando uma paisagem natural modificada pela dinâmica antrópica ligada aos sistemas políticos e econômicos dominan-

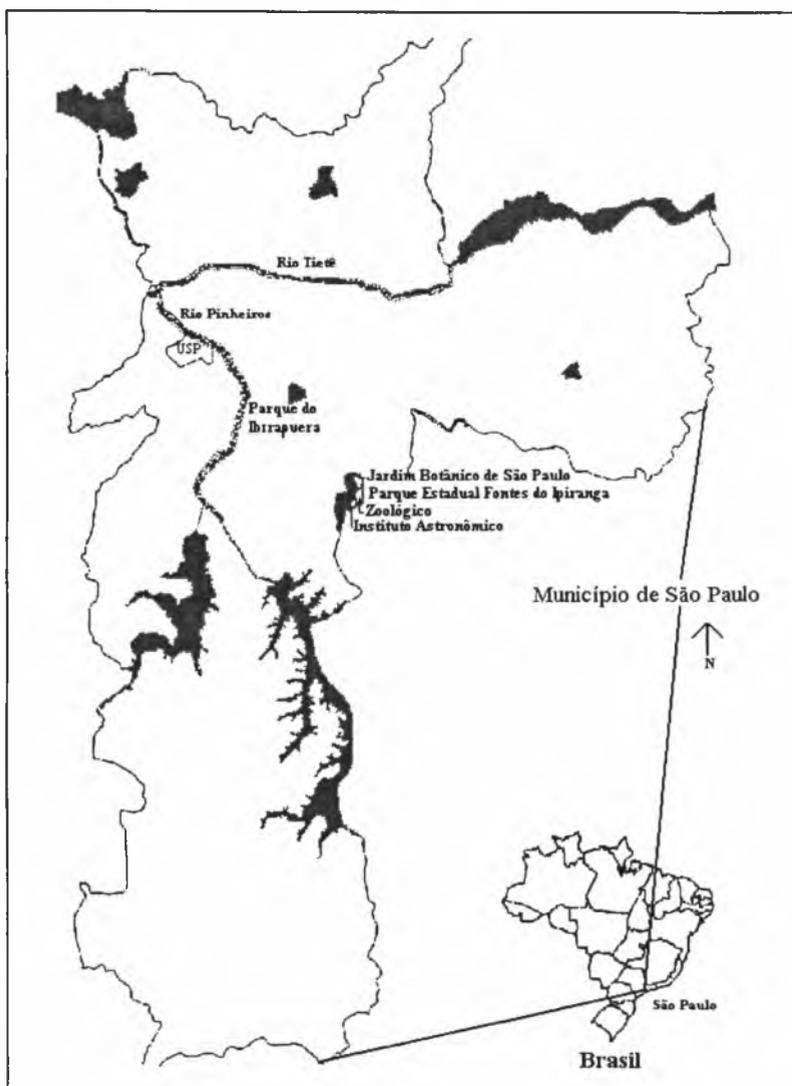


Figura 1: Esboço cartográfico com a localização do Parque Ibirapuera, Jardim Botânico de São Paulo, Zoológico de São Paulo e *campus* Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico no Município (sem escala)

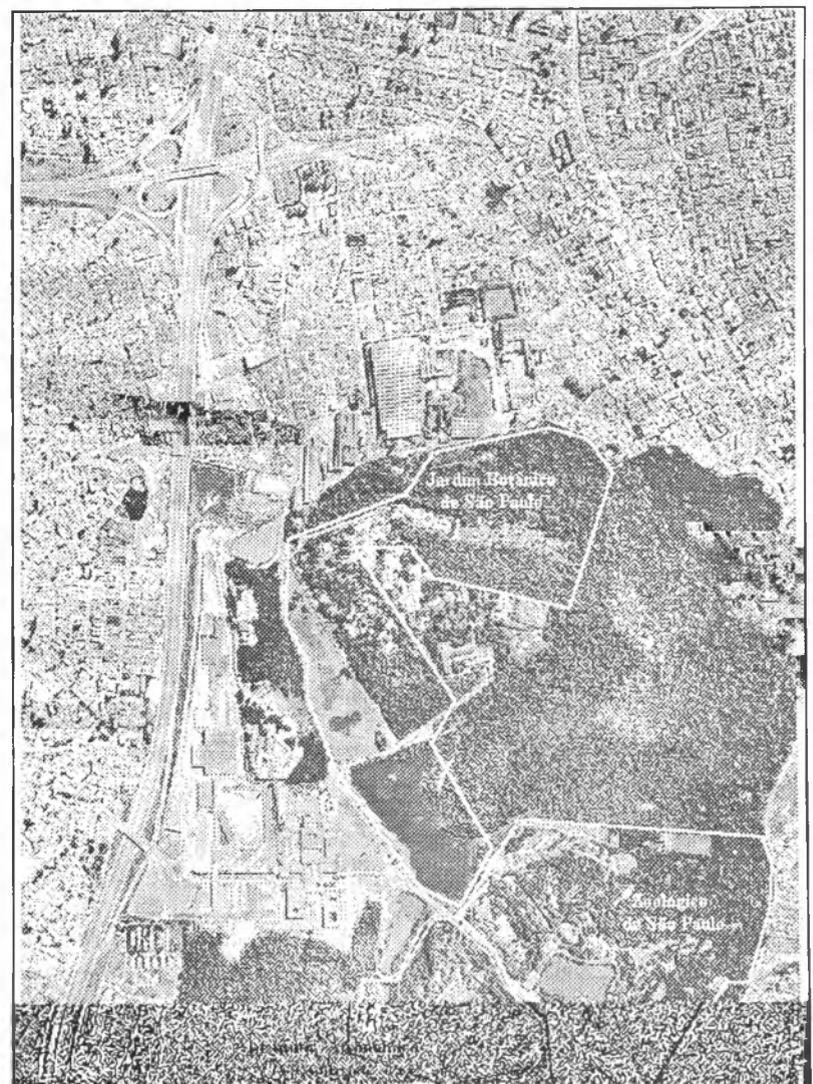


Figura 2: Localização do Jardim Botânico de São Paulo, do *campus* Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico e do Zoológico de São Paulo no Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI). Fotografia n.26, faixa 11, Base Aerofotogrametria e Projetos SA, 1994 (sem escala)

tes ao longo do processo histórico (MERCANTE, 1991).

Assim, a paisagem urbana é uma paisagem alterada ou, como muitos denominam, derivada da natural (CAVALHEIRO, 1991).

QUEIROGA (1990) citou que o crescimento da região metropolitana de São Paulo, realizado de maneira atomizada e por interesses quase que individuais, resultou numa mancha urbana disforme, repleta de paisagens desvalorizadas e carente de espaços livres, verdadeiramente adequados ao lazer e convívio de seus habitantes. Segundo CAVALHEIRO (1991), a concentração da população nas cidades 30% da população brasileira se concentrava, em 1985, em 0,5% do território nacional - representa um desafio a ser vencido por técnicos (administrativos e planejadores) e uma ruptura do funcionamento do ambiente natural.

GOITIA (1989) ressaltou que é na articulação do processo construção/destruição, sempre presente nas cidades, que reside a possibilidade de desenvolvimento urbano harmonioso, sendo o ideal a realização da construção com o mínimo de destruição possível, caracterizando a destruição apenas como readaptação inteligente, para atender às novas exigências urbanas.

Dessa forma, o ordenamento do solo urbano deve ser norteado pela análise e diagnose da paisagem, para se obter, da forma mais correta possível, a proporção ideal de espaços construídos e livres de construção, que suporte o ecossistema (CAVALHEIRO, 1991).

A degradação da qualidade de vida nas cidades, onde está concentrada metade da população mundial, reflete a forma distorcida com que o homem vem tratando o ambiente (BRUNI, 1993). A qualidade de vida tem sido afetada pelas mudanças no ambiente resultantes de várias deficiências existentes no planejamento urbano, que não solucionam os problemas, que crescem juntamente com a expansão das cidades (BITTENCOURT et al., 1993).

No Brasil, não houve preocupação com o planejamento de sistemas de espaços livres ur-

banos; somente em 1953 foi criado o primeiro Departamento de Parques e Jardins, no Rio de Janeiro, e, em 1968, em São Paulo (CAVALHEIRO, 1982).

Para um entendimento mais organizado sobre o meio urbano, consideram-se os municípios divididos em zona rural, zona de expansão urbana e zona urbana; a zona urbana é, por sua vez, dividida em: sistema de espaços com construção habitações, indústrias, comércio, hospitais, escolas, etc.; sistema de espaços livres de construção praças, parques, águas superficiais, cobertura vegetal, etc.; e, sistema de espaços de integração urbana rede rodoviária, verde de acompanhamento viário, calçadas etc. (CAVALHEIRO et al., 1999).

Qualidade de vida urbana

A qualidade de vida urbana é determinada pela relação entre construções e espaço viário, ou seja, o espaço demandado pela massa de automóveis e o espaço demandado pelos habitantes da cidade, incluindo-se nesse último as áreas verdes (ECKBO, 1977).

O crescimento desordenado do espaço urbano, sem o controle dos poderes públicos locais, tem sido um dos principais responsáveis pelo surgimento e agravamento dos problemas ambientais, que acabam interferindo na qualidade de vida urbana, diretamente ligada à qualidade ambiental (BUCCI et al., 1991).

A melhoria da qualidade de vida urbana depende do sistema de áreas verdes, que pode controlar clima, criar áreas de circulação atmosférica, reduzir agentes poluentes e propiciar conforto (BITTENCOURT et al., 1993). Toda vegetação influencia fortemente os fatores físicos ambientais, sendo que nas cidades, além dessa influência, ela pode servir como indicador biológico de qualidade ambiental - por exemplo, presença de líquens e epífitas (CAVALHEIRO, 1991).

A quantidade, qualidade, função e distribuição das áreas verdes também podem ser indicadores de qualidade de vida urbana. De acordo

com ECKBO (1977), as áreas verdes são espaços onde se pode passear, fazer piqueniques ou praticar esportes; pode-se voltar à natureza, às origens das quais viemos e não escapamos. Para BURLE MARX (1987), as áreas verdes devem satisfazer as necessidades dos cidadãos de contato com a natureza, cada vez mais incomodados com a vida da civilização tecnológica.

Conforme CAVALHEIRO (1991), as áreas verdes devem desempenhar, além das funções ambientais, funções estéticas, culturais e econômicas. BURLE MARX (1987) ressaltou que cada cidade deve ter suas áreas verdes dimensionadas de maneira adequada para atender as necessidades de sua população.

Praça: primeira área verde

A praça é a primeira criação humana de um espaço livre "urbano" que resultou do agrupamento de moradias em torno de um espaço livre, sendo por vezes portadora de conteúdo simbólico (KRIER, 1981). Para o homem latinizado e mediterrâneo, a praça é essencial na vida urbana, sem a qual não se pode chamar de cidade tal aglomeração humana (GOITIA, 1989).

Nas cidades gregas e romanas, a praça apareceu com função de centralidade. Entre os gregos, essa centralidade era manifestada num espaço aberto definido por marcos, a ágora, o centro urbano de suas cidades; a centralidade urbana medieval acolhia produtos e pessoas, apresentando enorme valor de uso; na era moderna, a praça se confirma como centro urbano, tornando-se expressão de poder e lugar de espetáculo; e, a cidade do capitalismo industrial criou um tipo específico de praça, estando à sua volta veículos em movimento (BARTALINI, 1990).

A vegetação, com o crescimento das cidades européias e americanas a partir do final do século XVIII, passou a apresentar função estrutural na determinação dos espaços livres urbanos: os parques e as praças. O elemento vegetal desempenhava um papel restrito nas cidades; o fórum romano, ágora grega e a praça medieval

eram, praticamente, desprovidos de vegetação; no século XIX, o desenho da paisagem urbana, passou a incorporar parques e praças; no Brasil, jardins, parques e calçadas surgiram no contexto urbano somente no início do século XX (MACEDO, 1992).

Definição de área verde

Um espaço livre é qualquer espaço urbano que esteja fora das edificações e ao ar livre, de caráter aberto que, independente de seu uso efetivo, esteja destinado ao pedestre; e, área verde é qualquer espaço livre no qual predominam áreas com vegetação, correspondendo, em geral, ao que se conhece como parques, praças e jardins (RODRÍGUEZ-AVIAL, 1982).

Funções das áreas verdes

As áreas verdes devem representar a locação de espaços de recreação juntamente com a proteção de recursos naturais, desde que atendidas condições específicas, de modo a combinar mínimos investimentos financeiros com a obtenção de maiores benefícios sociais (MONTEIRO, 1982).

RODRÍGUEZ-AVIAL (1982) citou as funções exigidas das áreas verdes urbanas:

a) áreas verdes como reguladoras de elementos do ambiente:

a poluição atmosférica constitui um dos fenômenos urbanos que mais afeta a população, produzida por partículas e gases. A vegetação é um elemento purificador da atmosfera urbana pela ação de fixação mecânica de partículas suspensas, pela função clorofiliana e pela fixação de gases tóxicos;

a influência direta das formações vegetais sobre o clima é restrita ao lugar que ocupam, onde podem criar microclimas benéficos;

uma barreira de árvores ou arbustos é a única proteção viável contra o ruído nos meios urbanos (fundo sonoro contínuo e ruídos descontínuos);

b) áreas verdes e relações sociais: a existência de áreas verdes na cidade pode facilitar o contato entre as pessoas;

c) áreas verdes no plano estético: a primeira missão que deve ser cumprida pela área verde é a de se acoplar à relação homem-natureza pela adequada distribuição do cenário em que se dá essa relação. A composição das áreas verdes é baseada na utilização correta de volumes, proporções e cores.

Classificação das áreas verdes

Os espaços livres de construção podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e desempenham, principalmente, as funções ecológico-ambiental, de lazer e estética. As áreas verdes são espaços livres de construção onde o elemento fundamental de composição é a vegetação que, juntamente com o solo permeável, deve ocupar, no mínimo, 70% da área; são elas: jardins de representação e decoração; parques de vizinhança, de bairro, distritais e metropolitanos; áreas para proteção da natureza (unidades de conservação); áreas de uso especial (jardim zoológico, jardim botânico, cemitérios, etc.); e, áreas de esporte (CAVALHEIRO et al., 1999).

Sistema de áreas verdes

Um sistema de áreas verdes deveria interligar os espaços vazios da periferia (meio rural) às áreas centrais da cidade (meio urbano), sendo tal sistema constituído de parques de todas as escalas e categorias (de vizinhança, de bairro e setorial) e com funções e instalações diferentes; seria um sistema que, partindo do centro da cidade, chegaria ao contexto natural, permitindo construir uma unidade global equilibrada em termos ecológicos e estéticos (ECKBO, 1977; BRUCK, 1982).

O planejamento de um sistema de espaços livres deve conter a localização de áreas que não devem ser ocupadas por construção no município e na região, além de representar as dis-

paridades existentes e delimitar os espaços passíveis de construção (CAVALHEIRO, 1982).

Turismo e cidade

Em relação às cidades, verifica-se uma "igualação medíocre do ambiente construído" (YÁZIGI, 1999). Entende-se que nesse "ambiente construído" estão os parques urbanos e todas as áreas verdes que também são produto do planejamento urbano, ou deveriam ser.

Para que esse fato seja alterado, o espaço público deve ser entendido como patrimônio ambiental, especialmente o urbano, como "modo de vida" e conquistado "com o tempo e condições financeiras trazidas pela cidadania social; (...) essa futura urbe teria de trazer a marca da cultura local e da criatividade" (YÁZIGI, 1999).

Dessa forma, "no caso do turismo, é preciso que as categorias legais - lei de uso e ocupação do solo, zoneamento, gabarito, código de obras - imprimam não só a tônica turística e ambiental, assim como a personalidade do local; (...) ter identidade local ou regional significa ser diferenciado. A diferenciação se dá, antes de mais nada, pela historicidade do lugar, que se manifesta ainda hoje. Esgotada esta diretriz, a que a completa com peso insofismável é, justamente, aquela dada pelas condições do sítio natural, tão natural quanto se pôde conservar. Daí a urbanização condizente com as condições naturais e dessa tirando partido seria a que melhor garantiria uma diferenciação do lugar" (YÁZIGI, 1999).

Assim, o planejamento dos sistemas e das áreas verdes urbanas devem estar ligados à história, às condições ambientais e à originalidade de soluções urbanísticas objetivando melhorias ao meio urbano e sua utilização pela população local e pelo turista.

Parques urbanos discutidos

A cidade de São Paulo apresenta um diferencial ambiental e cultural em alguns de seus

parques que têm historicidade e não são uma criação empresarial ou fantasiosa (como por exemplo *Disneyworld* nos Estados Unidos ou *Beto Carrero World* em Santa Catarina), além de possuírem valores cênicos e ambientais.

Podem atender o turismo local e regional aproveitadas suas potencialidades turísticas e resolvidos alguns de seus problemas. São os parques discutidos: Ibirapuera, Jardim Botânico de São Paulo, *campus* Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico e Zoológico de São Paulo.

Parque Ibirapuera

O nome desse parque vem do tupi que significa madeira ou árvore *ybira* - morta, extinta ou antiga *-puera* (LOUREIRO, 1979). Está localizado no bairro do mesmo nome e classificado como parque distrital público.

Sua área, pertencente à Várzea de Santo Amaro, era a planície de inundação dos córregos Caaguaçu e Sapateiro, utilizada como pastagem das boiadas do Matadouro Municipal e do gado leiteiro das chácaras vizinhas (KLIASS, 1993).

Em 1916, a área passou a pertencer ao Município de São Paulo, sendo montado, em 1928, um viveiro de plantas da Divisão de Parques e Jardins por Manuel Lopes de Oliveira Filho (LOUREIRO, 1979). Tal viveiro existe no local até hoje e é chamado de Viveiro Manequinho Lopes, uma homenagem a seu fundador.

O Plano de Avenidas de Prestes Maia contemplava a criação desse parque. Porém, somente em 1951 é que foi escolhido um grupo de arquitetos, liderado por Oscar Niemeyer, para elaborar um projeto arquitetônico e paisagístico para o parque (LOUREIRO, 1979). Em 1954, o parque é inaugurado nas comemorações do IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo.

Atualmente, o Parque tem 158,4 hectares; em diferentes épocas, diversos de seus hectares originais foram cedidos para a instalação de ginásio e complexo esportivo, de quartel-general do Exército, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, do Círculo Militar e do De-

partamento de Trânsito do Estado de São Paulo (KLIASS, 1993).

Suas potencialidades para o turismo são: área para recreação e lazer ao ar livre para várias atividades;

diversos espaços culturais de importância regional e nacional, tais como o prédio da Bienal, que abriga as Bienais de Arte, de Livros, de Arquitetura, feiras de negócios e diversos outros eventos; uma parte do Museu de Arte Contemporânea (MAC/USP); o Museu de Arte Moderna (MAM); uma parte da Pinacoteca do Estado; e, o Planetário;

localização central e de fácil acesso.

O portal eletrônico do Parque Ibirapuera é www.prodiam.sp.gov.br/svma/parques/ibirapuera/index.htm.

Jardim Botânico de São Paulo

Está localizado em área desapropriada a partir de 1893, na região sudoeste de São Paulo, que tinha a finalidade de proteção dos mananciais que abasteciam parte da cidade. Tal função foi abandonada em 1928, quando o Jardim foi iniciado com o Orquidário do Estado (ROCHA & CAVALHEIRO, 2000). É considerado uma área verde de uso especial e potencialmente coletiva (há cobrança de ingresso).

Foi criado oficialmente em 1938, juntamente com o Departamento de Botânica do Estado, atual Instituto de Botânica, instituição de pesquisa que o mantém (ROCHA, 2000).

Sua área de visitação ocupa aproximadamente 23 hectares, tendo 30 hectares contíguos a essa área ocupados pela floresta pluvial atlântica, considerados como conservação *in situ* do Jardim Botânico, remanescente da cobertura original de parte da cidade (ROCHA & CAVALHEIRO, 2000).

Suas potencialidades para o turismo são: importância histórica pela existência das nascentes do riacho Ipiranga, cujas águas formam diversos lagos distribuídos em sua área;

divulgação da Botânica por meio das co-

leções de plantas vivas, do Museu Botânico e da floresta pluvial atlântica;

área projetada por Roberto Burle Marx, considerado o maior paisagista do século XX (FERRARI, ROCHA & BEI, 2000);

exposição de parte da flora nacional a turistas estrangeiros, principalmente para aqueles que já têm o hábito de visitarem jardins botânicos em seus países e procuram isso em suas viagens.

O portal eletrônico do Jardim Botânico de São Paulo é www.ibot.sp.gov.br.

Campus Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico

O Instituto Astronômico e Geofísico teve sua origem no Serviço Meteorológico e Astronômico do Estado do São Paulo criado em 1927, cuja sede era na Avenida Paulista, onde havia um observatório inaugurado em 1912, que não existe mais nesse local. Em 1928, com o crescimento da cidade, o local já não apresentava as condições adequadas para observações astronômicas. Foi escolhido um lugar mais apropriado para um novo observatório, que foi o Parque do Estado no bairro da Água Funda, onde está até hoje parte do Instituto Astronômico e Geofísico.

O projeto do novo observatório ficou concluído em 1930; em 1932 foi inaugurada a Estação Meteorológica e, em 1941, foi inaugurado o novo Observatório Astronômico. Em 1946, o Instituto Astronômico e Geofísico foi definitivamente incorporado à Universidade de São Paulo. É considerado uma área verde de uso especial (*campus* universitário) e potencialmente coletiva pois o acesso é restrito.

Suas potencialidades para o turismo são: importância histórica no desenvolvimento da Astronomia nacional;

edificações em estilo arquitetônico original os pavilhões possuem nomes relacionados à Astronomia;

divulgação da Astronomia de diversas formas;

projeto paisagístico original e remanescente de floresta pluvial atlântica.

Atualmente está em implantação um projeto visando sua abertura para visitação pública.

O portal eletrônico do Instituto Astronômico e Geofísico é www.iag.usp.br.

Zoológico de São Paulo

Foi criado em 1958 e tem área de 82,5 hectares. Possui lago com aves de várias espécies exóticas, além de aves migratórias; a floresta pluvial atlântica remanescente abriga animais nativos, formando uma fauna paralela. Exibe quase dois mil animais, distribuídos em noventa espécies de répteis, 212 de aves e 105 de mamíferos, que se encontram dispostos em recintos semelhantes ao habitat natural.

No mundo, aproximadamente 10% da população visitam um zoológico ou aquário a cada ano. Em 1996, o Zoológico de São Paulo recebeu 1.500.000 de visitantes. Também é considerado uma área verde de uso especial e potencialmente coletiva (há cobrança de ingresso).

Suas potencialidades para o turismo são: divulgar a Zoologia;

expor grande variedade de animais exóticos e nativos;

possuir remanescente de floresta pluvial atlântica com manutenção de fauna nativa.

expor parte da fauna nacional a turistas estrangeiros, principalmente para aqueles que já têm o hábito de visitarem zoológicos em seus países e procuram isso em suas viagens.

O portal eletrônico do Zoológico de São Paulo é www.zoologico.com.br.

Considerações finais

Os parques urbanos podem ser espaço de recreação e lazer da população local e espaço turístico local ou regional. A dimensão turística pode estar dentro do planejamento de sistemas de espaços verdes públicos e no planejamento dos parques urbanos de determinadas cidades,

sendo São Paulo um exemplo.

Não se deve somente criar parques que atraiam turistas, o que implicaria na criação de "microcosmos turísticos" Deve-se incluí-los num sistema integrado de parques e de arborização urbana, que é uma parte do planejamento urbano.

Os parques devem ser atraentes para o turismo e positivos para o metabolismo urbano e para os cidadãos; estima-se que 67 % da população mundial estejam vivendo em cidades em 2025.

Deve-se preservar a identidade e originalidade de parques e jardins brasileiros, sedimen-

tadas com as obras e a influência de Roberto Burle Marx, já que "ter identidade local ou regional significa ser diferenciado; (...) diferenciação se dá antes de mais nada pela historicidade do lugar; (...) a futura urbe teria de trazer a marca da cultura local e da criatividade" (YÁZIGI, 1999).

Dessa forma, os parques urbanos brasileiros poderiam ser expressão da identidade local, atributo em risco frente à padronização dos espaços oriunda de uma estética dominante, cujos efeitos também atingem a "indústria" do turismo.

Notas

1 Artigo produzido em 1999 dentro da disciplina "O Turismo no planejamento regional e urbano" (Departamento de Geografia/FFLCH, USP)

2 YÁZIGI, E. (Departamento de Geografia/FFLCH, USP), 1999. Nota de aula dentro da disciplina "O Turismo no planejamento regional e urbano"

Bibliografia

ANTAS JÚNIOR, R. M. *Espaços públicos de lazer: globalização e instrumentalização do tempo livre na cidade de São Paulo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1995.

ASSIS, E. *Mecanismos de desenho urbano apropriados à atenuação da ilha de calor urbana: uma análise do desempenho de áreas verdes em clima tropical*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1990.

BARTALINI, V. "Os espaços livres públicos como expressões de centralidade" *Paisagem e Ambiente - FAU/USP*, São Paulo, n.3, 1990, pp.7-14.

BELART, J. L. *Esboço de plano nacional de áreas verdes de recreação e preservação*. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, s. d.

BITTENCOURT, J. A. R. et al.. "Green areas system of city of São Carlos (SP), Brazil" In: SEMI-

NÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS DOS CENTROS URBANOS - ECO URBS, 2, 1993, São Paulo. *Resumos...*São Paulo: Biosfera, 1993, pp.47-48.

BRUCK, E. C. "Proposta para um gerenciamento de áreas verdes" In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 1, 1982, Campos de Jordão. *Anais...* São Paulo: Instituto Florestal, 1982. p.1900-1906.

BRUNI, D. C. "A degradação da qualidade de vida" *ECO URBS*, n.2, 1993, pp.2-3.

BUCCI, E. F. B.; MARTIN, E. S. & MELAZZO, E. S. "Expansão urbana e qualidade ambiental em municípios de pequeno porte no oeste paulista" In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3, 1991, Londrina. *Anais...* Londrina: s.n., 1991, pp.664-674.

BURLE MARX, R. *Arte & Paisagem*. São Paulo: Nobel, 1987

- CAMPOS, S. A. 1988. "Áreas verdes: significado e importância" *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 31 jul. 1988. p.5
- CAVALHEIRO, F. "O planejamento de espaços livres: o caso de São Paulo" In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 1, 1982, Campos de Jordão. *Anais...* São Paulo: Instituto Florestal, 1982, pp.1819-1830.
- CAVALHEIRO, F. "Urbanização e alterações ambientais" In: TAUKE, S. M. *Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1991, pp.88-99.
- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P. & ROCHA, Y. T. "Proposição de terminologia para o verde urbano" *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v.7, n.3, 1999, p.7
- CHACEL, F. M. "Sobre o XVI Congresso Internacional de Arquitetura Paisagística" *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, n.5, 1986, pp.96-99.
- CULLEN, G. *El paisaje urbano*. Barcelona: Blume/Labor, 1971.
- ECKBO, G. "O paisagismo nas grandes metrópoles". *Geografia e Planejamento (IGEO/USP)*, n.24, p.1-25, 1977.
- ECKBO, G. *The landscape we see*. McGraw-Hill: New York, 1969.
- FERRARI, D., ROCHA, Y. T. & BEI, F. "Uma retomada do Plano Burle Marx para o Jardim Botânico de São Paulo" In: REUNIÃO ANUAL DO INSTITUTO DE BOTÂNICA, 7. 2000, São Paulo. *Resumos...* São Paulo: Instituto de Botânica, 2000, p. 66.
- GEISER, R. R., OLIVEIRA, M. C., BRUCK, E. C. & SANTOS, J. B. "Implantação de áreas verdes em grandes cidades" *Silvicultura de São Paulo*, v.1, n.1, 1976, pp.9-16.
- GOITIA, F. C. *Breve história do urbanismo*. Lisboa, Presença. 1989.
- GROENING, G. *Open space planning and open space politics*. Hanover: Inst. F. Freiraumentwicklung und Planungsbezogene. 1984.
- JELICOE, G. & JELICOE, S. *The landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day*. London: Thames and Hudson, 1996.
- KIRSCHENMANN, J. C. *Vivienda y espacio publico*. Barcelona: G. Gili, 1985.
- KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo, Pini, 1993.
- KRIER, R.. *El espacio urbano*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- LOMBARDO, M. A. *Ilhas de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1985.
- LOUREIRO, M. A. S. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, 1979.
- LYLE, J. T. *Design for human ecosystems*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.
- MACEDO, S. S. "A vegetação como elemento de projeto" *Paisagem e Ambiente FAU*, n.4, 1992, pp.11-41.
- MERCANTE, M. A. "A vegetação urbana: diretrizes preliminares para uma proposta metodológica" In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3, 1991, Londrina. *Anais...* Londrina: s.n., 1991, pp.511-516.
- MONTEIRO, C. A. F. *Teoria e clima urbano*. IGEO/USP, Séries Teses e Monografias. São Paulo, 1976.
- MONTEIRO, M. A. I. "Planejamento de áreas verdes urbanas caso de Salvador" In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 1, 1982, Campos de Jordão. *Anais...* São Paulo: Instituto Florestal, 1982, pp.1850-1858.
- ODUM, E. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1984.
- OKE, T. R. *Boundary layer climate*. London: Methuen & CO, 1978.
- OREA, D. G. *El medio físico y la planificación*. Madrid: CIFCA, 1978.
- PRINZ, D. *Planificación y configuración urbana*. México: Gustavo Gili, 1986.
- QUEIROGA, E. F. "A paisagem urbana: necessita-se compreender como se forma?" *Paisagem e Ambiente FAU*, n.3, 1990, pp.43-48.

- REIS, L. A. M. *Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: utilização e degradação*. São Paulo, Monografia (Trabalho de Graduação Individual), Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1998.
- ROCHA, Y. T. "Breve histórico e situação atual do Jardim Botânico de São Paulo" In: REUNIÃO ANUAL DO INSTITUTO DE BOTÂNICA, 7 2000, São Paulo. *Resumos...* São Paulo: Instituto de Botânica, 2000, pp. 35-41.
- ROCHA, Y. T. & CAVALHEIRO, F. "Unidades de paisagem do Jardim Botânico de São Paulo" *Geosp Espaço e Tempo*, n.7 - São Paulo, 2000, pp.91-116.
- RODRÍGUEZ-AVIAL, L. *Zonas verdes y espacios libres en la ciudad*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1982.
- SALDANHA, N. *O jardim e a praça*. São Paulo: Edusp, 1993.
- SANTANA, A. M. S. *O desenho urbano e a climatologia em Fortaleza*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1997.
- SCARLATO, F. C. & PONTIN, J. A. *O ambiente urbano*. São Paulo: Atual, 1999.
- SCIFONI, S. *O verde do ABC: reflexões sobre a questão ambiental urbana*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1994.
- SIMONDS, J. O. *Earthscape: a manual of environmental planning and design*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1978.
- STRUFFALDI DE VUONO, Y. *Fitossociologia do estrato arbóreo da floresta da Reserva Biológica do Instituto de Botânica (São Paulo, SP)*. São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Biociências, USP, 1985.
- TEIXEIRA, I. F. & SANTOS, N. R. Z. "Caracterização das áreas verdes do perímetro urbano de Santa Maria (RS)" In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3, 1991, Londrina. *Anais...* Londrina: s.n., 1991, pp.517-529.
- TOMASEK, W. "Die Stadt als Ökosystem-Überlegungen zum Vorentwurf Landschaft-Plan Köln" *Landschaft+Stadt*, n.11, 1979, pp.51-60.
- YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 1999.
- TURKIENICZ, B. & MATTA, M. *Desenvolvimento urbano*. São Paulo: CNPQ/FINEP, 1986.
- ZUYLEN, G. V. *Tous les jardins du monde*. Paris: Gallimard, 1994.

